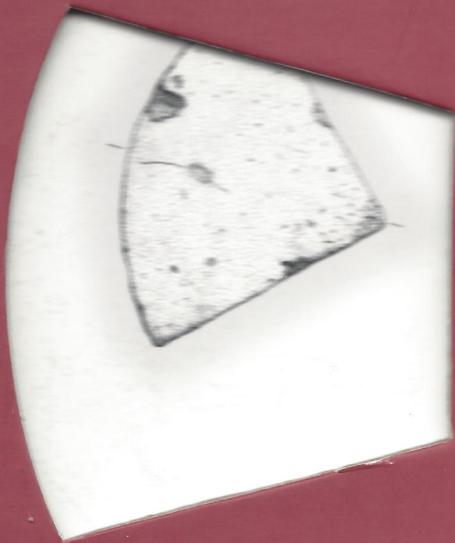


Da Vida e da Morte

Os Romanos em Loures



Arqueologia

Museu Municipal de Loures

# Da Vida e da Morte

## Os Romanos em Loures

Exposição de Arqueologia

26 de Julho de 1998 a 14 Fevereiro de 1999

Câmara Municipal de Loures

A exposição etnográfica SOMOS SALOIOS: À PROCURA DE UM CONCEITO e a arqueológica DA VIDA E DA MORTE: OS ROMANOS EM LOURES, que inauguram a abertura oficial das novas instalações do Museu Municipal de Loures, na Quinta do Conventinho, são bem exemplificativas do entendimento que perfilhamos relativamente à filosofia que tem suportado e continuará a servir de sustentação ao núcleo central da nossa actividade museológica: a procura de uma matriz cultural.

É nesta pesquisa em torno de uma matriz cultural — baseada na consideração de que existem padrões de comportamento, que se foram consolidando ao longo do tempo, codificando assim um conjunto de valores que formataram o Homem que povoou o quotidiano de toda uma região da qual este concelho faz parte — que constituímos uma imagem do passado para que no presente seja possível transmitir, sobretudo aos mais jovens, um pouco do nosso património.

As crenças e os mitos, a moral dominante, a organização social, o traje, a gastronomia, as formas de divertimento e a actividade económica estrutural formam o “complexo unitário que caracteriza uma cultura” e justificam o trabalho que temos vindo a desenvolver, tendo como pólo agregador o Museu Municipal de Loures, que conta já no seu activo com duas distinções exibidas com natural orgulho: uma honrosa distinção no âmbito do “Prémio Europeu do Museu do Ano”, bem como um prémio pelo “melhor serviço de extensão educativa” atribuído pela Associação Portuguesa de Museus.

Por outro lado, já apresentámos uma nova candidatura ao “Prémio Europeu do Museu do Ano”.

É este trabalho de preservação de um património cultural — que tende a esbater-se, por via do acelerado crescimento demográfico operado neste concelho ao longo das últimas décadas — que tem catapultado o Museu Municipal de Loures para um reconhecimento nacional e internacional.

Temos vindo por isso a afirmar-nos como o museu da “região salaia”, contribuindo assim para o reforço de uma identidade local e para uma maior consciência de cidadania.

Justificava-se assim um maior investimento no espaço físico em torno das instalações do Museu Municipal de Loures, por onde têm passado dezenas de milhares de pessoas, com particular realce para os jovens oriundos de escolas do concelho, que, ao visitarem as exposições de cariz etnográfico, de uma forma geral assumem uma atitude de curiosidade e interesse perante um passado que nos é tão próximo e simultaneamente tão distante.

A Quinta do Conventinho, que agora inauguramos, foi a opção para este novo espaço físico, que envolveu um esforço faseado da Câmara Municipal de Loures, ao proceder à recuperação de um edifício, que faz parte do Património Cultural concelhio e estava bastante degradado, adaptando-o a novas funções socialmente úteis, por forma a devolvê-lo à comunidade.

Apesar de ter representado para a Autarquia um considerável investimento, achamos que valeu a pena, sobretudo porque, a partir de agora, temos um novo equipamento cultural mais apto a desempenhar o papel estratégico de museu da região salaia.

## Passado:

## Um Valor a Preservar

Finalmente, uma palavra de apreço para com todos os  
trabalhadores da Autarquia que ao longo dos anos têm  
contribuído decisivamente para o prestígio do Museu  
Municipal de Loures. Prestígio que advém igualmente do  
envolvimento de muitas pessoas, cujo interesse pela  
salvaguarda do património é materializado através de uma

participação directa nas próprias exposições, nomeada-  
mente por via das doações. Para todos, o reconhecimento  
da Autarquia.

Loures,

Julho de 1998

O vereador

*Paulo Pereira*

Paulo Jorge Pereira Leão

- 9 Arqueologia e Comunidade:  
Símbolos Vivos  
*Zina Paula Assunção*
- 11 Enquadramento Geográfico e Natural  
do Concelho de Loures
- 17 Vias Romanas no Concelho de Loures  
*Vasco Mantas*
- 29 A Villa Romana das Almoíñas (Loures)  
no Contexto da Presença Romana  
no Concelho de Loures  
*Ana Cristina Oliveira*
- 43 A Presença Romana em Frielas  
*Ana Raquel Silva*
- 49 A Terra Sigillata  
*Ana Raquel Silva*
- 57 As Ânforas da Estação Romana  
das Almoíñas  
*Maria Manuela de Deus*
- 65 Subsídios para o Estudo da Numismática  
Romana do Concelho de Loures  
*José Ruiivo*
- 75 Inscrições Romanas do Termo  
de Loures  
*Luís Fernandes*
- 93 Elementos Arquitectónicos de Época  
Romana do Concelho de Loures  
*Lídia Fernandes*
- 107 Mosaico Romano de Frielas  
(Concelho de Loures)  
*Teresa Gaetano*
- 113 Glossário
- 117 Anexo
- 123 Catálogo

## Índice



**Edição**

Museu Municipal de Loures  
Departamento Sócio-Cultural  
Divisão do Património Cultural  
Câmara Municipal de Loures

**Investigação e textos – Museu Municipal de Loures**

Ana Cristina Oliveira  
Ana Raquel Silva  
Maria Manuela de Deus

**Colaborações externas**

José Ruivo  
Luís Fernandes  
Lídia Fernandes  
Maria Teresa Caetano  
Vasco Mantas

**Colaboradores**

Cardim Ribeiro  
Carlos Fabião  
Conceição Lopes

Instituto do Municipalismo Alexandre Herculano  
Junta de Freguesia de Frielas  
Junta de Freguesia de Buceelas

**Coordenação técnica da edição**

Divisão de Informação e Relações Públicas  
Área de Artes Gráficas

**Concepção gráfica e paginação**

Mário Caeiro

**Composição**

Vera Estêvão dos Santos

**Revisão de textos**

Jorge Reis Amado

**Tiragem: 700 exemplares**

**Impressão:**

IAG – Artes Gráficas, Lda.

**Depósito Legal nº 125795/98**

Ficha Técnica

O comércio de produtos alimentares atingiu uma amplitude e intensidade inéditas durante a época romana. Os principais alimentos que circulavam na bacia do Mediterrâneo, entre os diversos territórios do Império Romano, eram os cereais, as conservas de fruta, o vinho, o azeite e os preparados piscícolas.

A exportação destes bens revela a vocação de certas regiões para a produção de determinados excedentes alimentares e a relativa facilidade no seu escoamento, devido à proximidade do mar ou de uma ria fluvial navegável (Fabião e Guerra, 1990, p. 997). A rede viária terrestre desempenharia ainda um papel importante no comércio dos bens de consumo, possibilitando a sua distribuição para territórios de interior, não alcançáveis por rio.

As ânforas eram, por excelência, os contentores destinados ao transporte de alguns destes produtos alimentares para mercados distantes. De um modo geral, apresentam uma morfologia semelhante: são grandes recipientes cerâmicos com um bocal estreito, duas asas simétricas e um bico geralmente alongado. Apresentavam esta forma peculiar, para que pudessem ser devidamente acondicionados, no interior dos navios, em várias filas sobrepostas e encaixadas.

As situações mais seguras para identificar o conteúdo de uma ânfora são, infelizmente, as menos comuns: a análise dos resíduos conservados no seu interior e a leitura dos *tituli picti* (inscrições pintadas nas paredes das ânforas). Porém, e apesar de o aspecto geral ser semelhante, as ânforas apresentam certas particularidades ao nível das argilas utilizadas no seu fabrico e no que respeita à forma em si. São estas particularidades que, à falta de informações mais

precisas, permitem ao arqueólogo inferir o possível conteúdo e local de origem com base na forma da ânfora, partindo, necessariamente, do pressuposto de que existe uma relação entre a forma e o conteúdo dos contentores.

Na Estação Romana das Almoínhas foram, até ao momento, recolhidos à superfície e em escavação, cento e cinco fragmentos pertencentes a ânforas (cem dos quais de fabrico lusitano). Contudo, são na sua esmagadora maioria, fragmentos de paredes e de asas que não permitem atribuição de formas. Neste sentido, apenas foram considerados para o presente trabalho os fragmentos mais característicos: todos os fragmentos que parecem corresponder a exportações; as asas que permitiram uma classificação formal ou as que se encontram na situação anterior: a totalidade dos fragmentos de bordos e fundos classificáveis e dois fragmentos de testos de forma indeterminada. A amostra fica assim reduzida a vinte e sete exemplares, dos quais foi possível classificar vinte e cinco.

Quanto às regiões de origem, podemos identificar nesta estação, através da análise das pastas e/ou das formas, exemplares importados da Península Itálica, da Bética e de África e outros produzidos na Lusitânia.

#### Produções da *Baetica*

Até ao momento, apenas foi identificado um fragmento de bordo de ânfora originário da antiga província da *Baetica* (constituída por parte do actual sudoeste espanhol) na Estação Romana das Almoínhas. A cor da pasta é rosa na secção e bege acastanhada na superfície; não é possível observar o perfil do lábio. Parece enquadrar-se na forma



## As Ânforas da Estação Romana das Almoínhas

Maria Manuela de Deus\*



XVI de Keay (Keay, 1984, p. 149). Este autor separa a tradicional forma Almagro 50 em tipo XVI e tipo XVII, sugerindo para a primeira uma manufactura no sul de Espanha. Embora sejam escassas as evidências, o mesmo coloca a hipótese de esta ânfora se destinar ao transporte de preparados de peixe. Simon Keay propõe para estas ânforas uma cronologia entre finais do séc. II e meados do século IV, podendo surgir também em contextos do século V. Na Estação Romana das Almoínhas este exemplar foi exumado numa camada onde se regista a presença de um fragmento de *terra sigillata* clara C, forma Hayes 45 (230/40-320) e de outros fragmentos de terra sigillata clara A, C e D de formas indeterminadas. Junto a estes, foram recolhidos fragmentos de ânforas de fabrico lusitano, que não permitem classificação.

Um outro fragmento de bordo de ânfora de origem bética foi recolhido, à superfície, em outro ponto do concelho de Loures designado como Terras da Quinta da D. Margarida. Este fragmento parece pertencer à forma Dressel 20 (=Classe 25=Beltran V) e destinar-se-ia ao transporte de azeite, produzido nesta província romana, entre o século I e o século III d. C.

#### Produções de África

Foram identificados três fragmentos de diferentes recipientes de fabrico africano: dois com bordo e um de asa.

Apesar de collocarmos algumas reservas, um dos exemplares parece pertencer ao Tipo LVII B de Simon Keay (Keay, 1984, pp. 296-298), que Peacock e Williams integram na Classe 35 (Peacock e Williams, 1986, pp. 158-165). Trata-se de um fragmento de lábio com espessamento externo

convexo, de secção amendoada, e apresenta dois sulcos na zona de ligação ao colo. A pasta é compacta, cor-de-rosa alaranjada na secção e bege na superfície.

Esta ânfora terá sido fabricada no território da actual Tunísia e surge em contextos que vão de meados do século V a meados/fins do século VI (Keay, 1984, pp. 229). Apesar da falta de evidências sobre o conteúdo desta ânfora, este autor coloca a hipótese de se destinar ao transporte de azeite. Infelizmente, o fragmento das Almoínhas foi recolhido à superfície, não sendo possível atribuir uma cronologia mais precisa por falta de associação a outros materiais.

Outros dois fragmentos de fabrico africano foram recolhidos nas escavações, porém, não foi ainda possível identificar a que forma pertencem. O fragmento de bordo apresenta o perfil externo espessado e dois sulcos muito tênues na parede externa, logo abaixo da saliência do bordo. A cor da pasta é alaranjada na secção e bege na superfície. O fragmento de asa possui parte da parede do colo e a secção é oval. A pasta é ocre escura com partículas amarelas e a superfície apresenta uma aguada cinzenta amarelada.

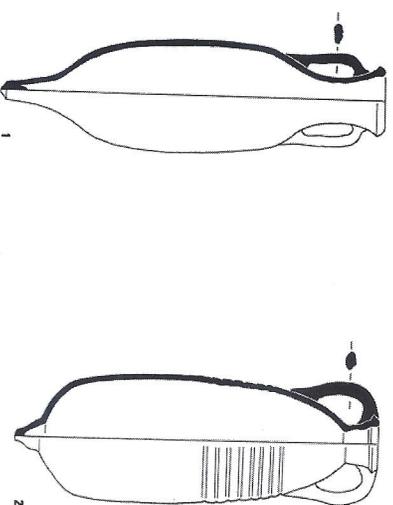
#### Produções da Península Itálica

É conhecido, somente, um fragmento de asa de origem itálica, proveniente de recolhidas de superfície. A asa tem a secção blífida, a pasta é cor de laranja na secção e rosa alaranjada na superfície e apresenta várias partículas negras. Parece tratar-se de uma ânfora da forma Dressel 2-4 (=Classe 10) destinada ao transporte de vinho. A produção destas ânforas terá sido iniciada no final do século I a. C., prolongando-se até meados do século II d. C.

Na *villa* romana de Povos, em Vila Franca de Xira, foi encontrado um fragmento de colo de uma ânfora desta classe, associado a uma ânfora da Classe 20/21 (= Dressel 14), num estrato datado da primeira metade do século I d. C. (Banha, 1991-1992, p. 55).

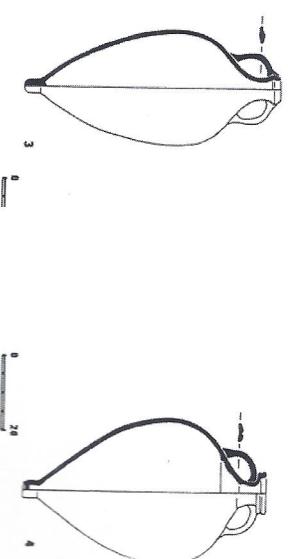
### Produções da Lusitânia

Ainda durante o Alto Império, desenvolveu-se na província romana da Lusitânia uma ascendente indústria de conservação e transformação de animais marinhos, essencialmente de peixe. Os preparados piscícolas eram produzidos em tanques de salga – cetárias – e posteriormente envasados em ânforas. A partir do peixe era obtida uma variedade de produtos que implicavam uma intensa utilização do sal e que se podem incluir em dois grandes grupos: o peixe salgado (*piscis salsus*) e os molhos de peixe (*salsamentum*). Dentro desta última categoria integra-se, por exemplo, o *liquamen* (semelhante ao garum, mas de qualidade superior), que serve para temperar os alimentos já cozinhados (Fabião e Guerra, 1993, p. 1000).



Para entrarem na rede do comércio regional e à distância, os produtos manufacturados nesta área do Império eram posteriormente colocados em contentores – ânforas lusitanas. Assim, e associados a esta actividade, desenvolveram-se fornos de fabrico de várias formas de ânforas, próximos dos complexos de transformação do pescado. Apesar de a indústria de transformação do peixe ter sido a mais florecente na produção de excedentes para mercado, não devemos excluir a hipótese de outros produtos, nomeadamente agrícolas, terem sido transportados em ânforas lusitanas. É, principalmente a partir das datas de laboração obtidas para os fornos produtores de ânforas, que são estabelecidas as cronologias para os materiais da Estação Romana das Almoínhas que constituem o presente trabalho. Apresenta-se, assim, o lapso de tempo em que se sabe que determinadas ânforas foram produzidas.

De entre as ânforas produzidas na Lusitânia, foram, até ao momento, identificadas três formas: Dressel 14, Almagro 50 e Almagro 51 c.



Tipos de ânforas lusitanas representadas na Estação Romana das Almoínhas. 1 – Dressel 14; 2 – Almagro 50; 3 e 4 – Almagro 51 c. Retirado de Françoise Mayet, 1990, p. 35.

### Ânforas Dressel 14 (=Classe 20/21 =Beltran IV b)

De entre as ânforas produzidas no território da Lusitânia, as Dressel 14 estão, até ao momento, pouco representadas na Estação Romana das Almoínhas. Apenas são atribuídos a esta forma quatro fragmentos: dois fundos, um bordo e uma asa. Um dos fundos, de bico cónico e base côncava, apresenta um grafito, em forma de X, feito sobre a pasta seca.

A partir dos dados obtidos em outros sítios arqueológicos é possível inferir que produtos transportavam estas ânforas. A proximidade dos centros oleiros aos complexos de transformação do pescado; a conservação de restos orgânicos no interior de ânforas em contexto aquático, ou seja, em naufrágios de barcos que faziam o seu transporte, e os *tituli picti*, revelam que estas se destinavam ao transporte de preparados de peixe: peixe conservado em salmoura, *liquamen* e *muria* – solução salina utilizada na preparação de molho e salga de peixe (Etienne, 1990, pp. 16-17).

Tradicionalmente, é atribuída uma cronologia de produção para estas ânforas situada nos séculos I e II d. C., podendo, eventualmente, prolongar-se até ao século III.

### Almagro 50 (=Classe 22 =Keay XXII)

Apenas foram identificados três fragmentos de ânforas desta classe: dois fragmentos de bordo, um dos quais muito pequeno, com o arranque da asa e uma asa de secção oval. Colocam-se, todavia, algumas reservas quanto à classificação desta asa.

Produzidas na Lusitânia entre os séculos III e V, estas ânforas

destinavam-se ao transporte de preparados piscícolas. Robert Etienne (1990, p. 17) refere a presença de restos de peixe salgado e de *ganum* em ânforas deste tipo, identificadas em contexto aquático.

São conhecidos fornos de produção deste tipo de ânforas em vários centros oleiros, dos quais podemos referir a Quinta do Rouxinol – Seixal –, onde apareceram associadas a produções da forma Almagro 51 c numa estrutura datada da primeira metade do século IV (Duarte, 1990, pp. 100-101). Na olaria romana do Porto dos Cacos (Alcochete) surgiu também em associação àquela forma, num forno cuja cronologia está compreendida entre o segundo quartel do século III e o primeiro quartel do século V (Duarte e Raposo, 1996, p. 251).

Com a amostra disponível e sem estudos petrográficos, não é possível saber em que região (ou regiões) da Lusitânia foram produzidos os exemplares em questão. Também ao nível da cronologia nos deparamos com algumas limitações. Apenas referimos as datas já propostas para o fabrico destas ânforas, dado que não é possível saber exactamente em que época ocorreu a presença destes materiais na Estação Romana das Almoínhas.

### Almagro 51 c (=Classe 23 =Keay XXIII)

Esta é a forma mais abundante na Estação Romana das Almoínhas. De um total de vinte e cinco fragmentos que foi possível classificar, quinze pertencem a esta classe de ânforas. Esta forma é, igualmente, a melhor representada nos centros oleiros, quer do estuário do Tejo, quer do estuário do Sado.

Os contentores desta forma parecem ter sido produzidos entre o século III e o século V, no vale do Tejo, no vale do Sado e no litoral algarvio. À semelhança do verificado para a forma Almagro 50, não é possível saber em que fornos foram produzidos os exemplares em estudo.

Apesar de se afigurar prematuro o estabelecimento de tipos dentro desta forma, devido ao parco número de fragmentos e às reduzidas dimensões dos mesmos — que estão longe de ser representativas da totalidade do recipiente — é de todo o interesse referir uma situação verificada ao nível do bocal. Do conjunto dos materiais desta forma, identificados na Estação Romana das Almoíñas, fazem parte exemplares que apresentam algumas variantes na morfologia do lábio. Assim, existe um grupo de fragmentos que apresentam o perfil do lábio arredondado e sub-triangular e outro em que os lábios possuem um perfil sub-retangular e menos espessado exteriormente. O diâmetro interno do bocal destas ânforas varia entre os 8 cm e os 12 cm. Embora, de um modo geral, os fragmentos de lábio sub-retangular apresentem diâmetros menores, em alguns casos, as medidas são muito próximas o que, face à exiguidade da amostra (17 fragmentos), torna-se estatisticamente pouco representativo.

No sector V da Estação Romana das Almoíñas, foram identificadas na camada 02 do que se pensa ser uma lixeira, fragmentos de bordo de ânforas Almagro 51 c e fragmentos de *terra sigillata* clara D, forma Hayes 65, cuja cronologia de produção se situa entre os inícios do século IV e os inícios do século V.

Apesar de não existirem indícios totalmente seguros sobre o conteúdo desta ânfora, destinar-se-ia, provavelmente, e à semelhança da Almagro 50, ao transporte de salga de peixe

(Coelho Soares e Silva, 1978, p. 182). Dado tratar-se de um contentor com um bocal muito estreito, outros autores colocam a hipótese de se destinar ao envasamento de um produto piscícola líquido ou colóide (Fabião e Carvalho, 1990, p. 51).

Foi encontrada, há vários anos, por um particular, uma ânfora da forma Almagro 51 c com um conjunto de moedas no seu interior. Desconhecemos o número original de moedas que compunham este entesouramento.

#### **Algumas considerações finais**

As ânforas exumadas na Estação Romana das Almoíñas são na sua maioria ânforas do Baixo Império: Almagro 50, Almagro 51 c, no conjunto das Lusitanas (Mayet, 1990, p. 31), e Keay XVI e Keay LVII no âmbito das importações de África e da Bética, respectivamente. Existem, igualmente, elementos que apontam para os séculos I e II d. C., mas são claramente minoritários (Dressel 2-4 e Dressel 14).

Este comércio com regiões longínquas do Império Romano envolve, certamente, a circulação de produtos alimentares e, por conseguinte, do seu testemunho material mais comum, as ânforas.

Quanto às importações, verificamos que estas representam uma pequena percentagem, tendo sido identificadas: uma produção da Bética, uma da Península Itálica e três produções de África. A maior representatividade destes exemplares deverá estar relacionada com a situação verificada com as *terra sigillatas*. A maioria destas cerâmicas, recolhidas na Estação Romana das Almoíñas, é oriunda do Norte de África. Estão principalmente representadas as

T. S. clara A, C e D e dentro destas as formas Hayes 50 e 65. A primeira terá sido produzida e difundida entre o segundo quartel do século III d. C. e finais do século V d. C., apontando a segunda para o século IV d. C. (Raquel Silva, no presente catálogo).

A situação verificada para as *sigillatas*, e que aparentemente se repete nas ânforas, aponta para uma intensificação dos contactos comerciais já existentes com o Norte de África numa fase que se pode situar, *grosso modo*, entre os séculos III e V d. C. Infelizmente, ainda não foi possível identificar as formas de dois fragmentos de fabrico africano, desconhecendo-se, assim, se correspondem a uma fase tardia como o tipo Keay LVIII B (sécs. V-VI). Porém, esta preferência ou contigência do mercado, dos habitantes da Estação Romana das Almoínhas por determinados produtos africanos (entre os quais o azeite) é uma hipótese de trabalho que carece ainda de uma clara confirmação/invalidação.

Para além do Norte de África, há indícios de contactos com outras regiões exteriores ao território da antiga Lusitânia, nomeadamente na aquisição do vinho oriundo da região Itálica, nos séculos I-II d. C.

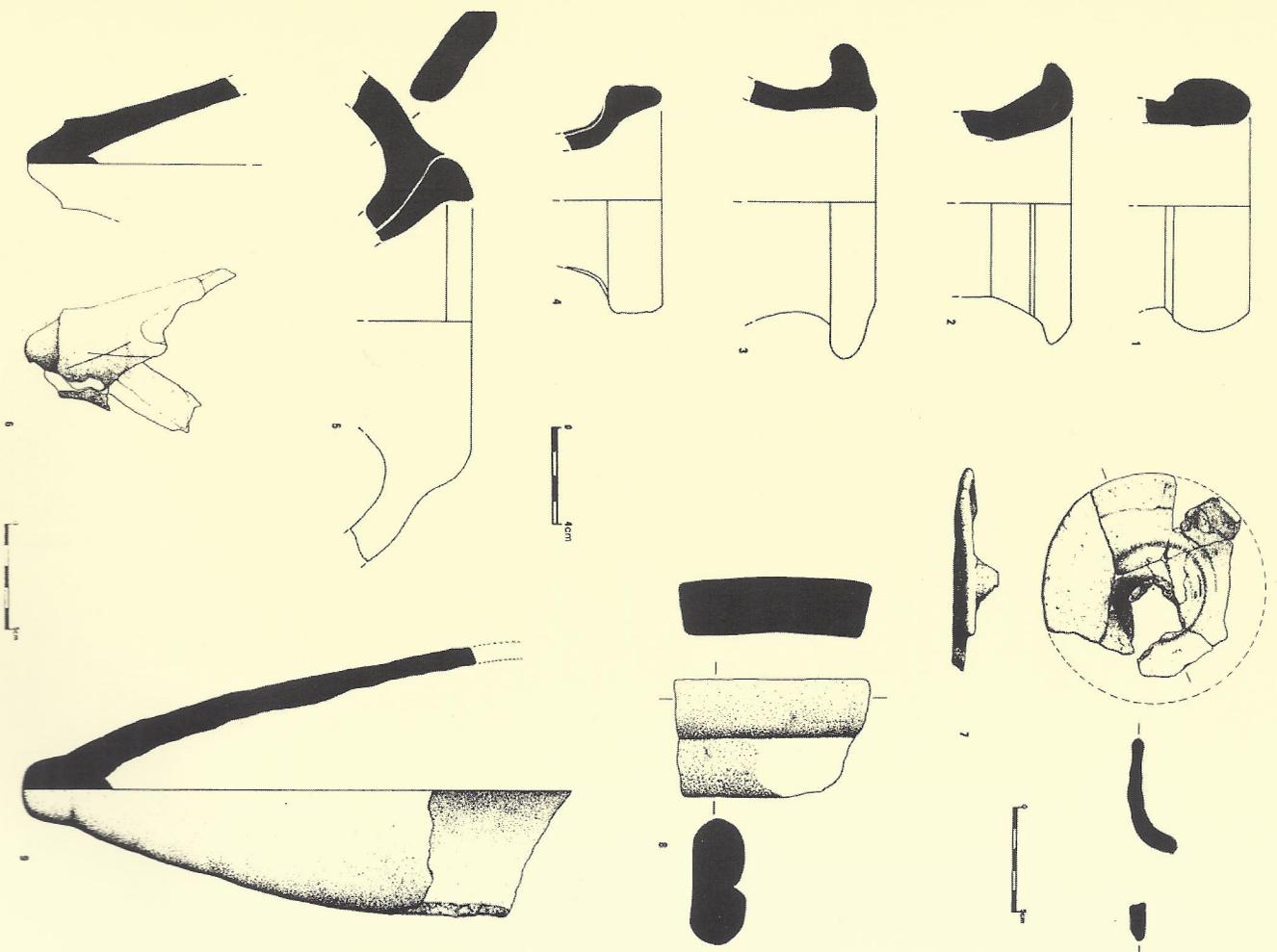
Apesar da intensa produção de preparados piscícolas no território da Lusitânia, foi encontrada uma ânfora bética de transporte de preparados de peixe desta região (forma Keay XVI – séculos II-IV d. C.), com uma cronologia em grande parte coincidente com as produções Lusitanas.

Como referimos, as produções Lusitanas são claramente maioritárias. Verifica-se a presença de contentores para o transporte de preparados piscícolas ao longo de toda a diacronia de ocupação do sítio. Esta presença aumenta

substancialmente a partir do século III com a ocorrência da Almagro 50 e, sobretudo, da Almagro 51 c. O facto de raramente se verificar a associação de ânforas a materiais de cronologias mais precisas, obriga-nos a enquadrar estes contentores nos amplos parâmetros de fabrico.

Uma das principais questões que se colocam nesta abordagem ao material ânforico é qual o verdadeiro significado da presença destas ânforas na Estação Romana das Almoínhas? Se para as ânforas importadas não há dúvidas quanto ao tratar-se de um contexto de consumo, para as ânforas Lusitanas a interpretação revela-se mais complexa. O aparecimento do fundo de um tanque (cujo contorno não se conhece totalmente) revestido a *opus signinum*, no sector V da escavação, levou a responsável das escavações a colocar a hipótese de se tratar de um tanque de salga de peixe (Ana Oliveira, no presente catálogo). Caso se venha a verificar, com o prosseguimento das escavações, que o fundo do tanque faz parte de uma estrutura de transformação de preparados de peixe, a presença dos fragmentos de ânfora poderá ter outro significado, o de envasamento, e não, o de consumo. Embora os complexos industriais deste tipo, conhecidos no vale do Tejo se situem mais perto do estuário, existem alguns aspectos que não inviabilizam totalmente esta possibilidade: a exploração de sal no Infantado, situado cerca de um quilómetro e meio a norte da Estação Romana; a sua implantação junto à ribeira de Loures e aos actuais terrenos da várzea de Loures. É ainda relevante referir o aparecimento de fauna malacológica (conchas de berbigão, ostra e amêijoas), que embora não esteja claramente associada ao tanque, é, no mínimo, reveladora de uma prática de exploração dos recursos de ambiente estuarino.

- 1 – Forma Keay LVII. Produção africana:
- 2 – Forma indeterminada. Produção africana:
- 3 – Forma Almagro 50. Produção lusitana:
- 4 e 5 – Forma Almagro 51 c. Produção lusitana:
- 6 – Forma Dressel 14. Produção lusitana:
- 7 – Testo de ânfora. Forma indeterminada:
- 8 – Forma Dressel 2-4. Produção itálica:
- 9 – Forma Almagro 51 c. Produção lusitana.



## Bibliografia

- ALARCÃO, J. "Les amphores", in ALARCÃO, J. e ETIENNE, R., dir., *Fouilles de Conimbriga*, VI, Paris, Diffusion de Boccard, Paris, 1976, pp. 79-91.
- ALARCÃO, J. e MAYET, F. (eds.), *Ânforas Lusitanas. Tipologia, Produção e Comércio*, Actas das Jornadas de Estudo de Conimbriga, 1988, Museu Monográfico de Conimbriga/Diffusion de Boccard, 1990.
- BANHA, C., "As ânforas da Villa Romana de Povos", *Cira - Boletim Cultural*, 5, 1991-1992, pp. 49-90.
- COELHO-SOARES, A. e SILVA, C. T. da, "Ânforas romanas da área urbana de Setúbal", *Setúbal Arqueológica*, 1978, IV, pp. 171-203.
- DUARTE, A. C., "Quinta do Rouxinol. A produção de ânforas no vale do Tejo", in ALARCÃO, J. e MAYET, F., dir., 1990, pp. 971116.
- ETIENNE, R., "Que transportaient donc les amphores lusitaniennes?", in ALARCÃO, J. e MAYET, F., dir., 1990, pp. 15-19.
- FABIÃO, C. e CARVALHO A., "Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva", in ALARCÃO, J. e MAYET, F., dir., 1990, pp. 37-63.
- FABIÃO, C. e GUERRA, A., "Sobre os conteúdos das Ânforas da Lusitânia", in Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra, 1990), 1993, pp. 995-1016.
- FABIÃO, C., "As Ânforas" in NOLEN, J. U. S., *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa*, Lisboa, SEC/PPM/MNA, 1994, pp. 17-34.
- KEY, S. J., *Late Roman Amphorae in the Western Mediterranean. A Typology and Economic Study*, Oxford, 1984, (BAR-15, 1994).
- MAYET, F., "Typologie et Chronologie des Amphores Lusitaniennes", in ALARCÃO, J. e MAYET, F., dir., 1990, pp. 29-35.
- OLIVEIRA, Ana Cristina, SILVA, Ana Raquel, DEUS, Manuela de, "Estação Romana das Almoínhas: um caso de intervenção arqueológica na malha urbana de Loures" in *3º Encontro de Arqueologia Urbana*, 20-23 de Fevereiro de 1997, Câmara Municipal de Almada, 1997, Almada (no prelo).
- PEACOCK, D. P. S. e WILLIAMS, D. F., *Amphorae and the Roman Economy. An Introductory guide*, 1986, Longman, Londres.
- RAPOSO, J., "Porto dos Cacós: uma oficina de Produção de Ânforas Romanas do Vale do Tejo", in ALARCÃO, J. e MAYET, F., dir., 1990, pp. 117-151.
- FILIPPE, G. e RAPOSO, J., (coord.), *Ocupação Romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das I Jornadas sobre Romanização dos estuários do Tejo e do Sado)*, Câmara Municipal do Seixal, Publicações D. Quixote, Lisboa.